

## Lanceiros Negros como patrimônio cultural: conceitos e disputas

AIRTON CARDOSO<sup>1</sup>; LOREDANA RIBEIRO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UFPEl – [airtcardsoso@gmail.com](mailto:airtcardsoso@gmail.com)

<sup>2</sup>UFPEl – [loredana.ribeiro@gmail.com](mailto:loredana.ribeiro@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Falar de patrimônio enquanto categoria é, antes de mais nada, compreender processos históricos como a produção da memória a partir de bens materiais e imateriais que compõem o conjunto de alegorias que contam a trajetória de lugares e de pessoas. Ao contemplar uma memória podemos ser capazes de produzir sentimentos e sensações que fazem reviver momentos e fatos que fundamentam e explicam a realidade atual, inspirando também o sentimento de pertença. Geralmente o patrimônio está associado à noção de propriedade a partir da visão capitalista que inspira limites acerca do que é meu e do que é seu. Para o estado, é uma forma de reconhecimento e controle dos bens culturais que têm significativa participação nos processos históricos. Para as comunidades, patrimônio está relacionado com trajetórias, cosmologias e é sobre manter viva a ancestralidade. Logo, chegar a uma conclusão objetiva do que seja, de fato, o patrimônio cultural nem sempre acontece. Como sugere o arqueólogo Cristobál Gnecco (2018), o patrimônio é, então, um conceito vago que graças aos discursos institucionais do estado e da academia permitiu a criação de uma aura tão misteriosa que sua compreensão parece uma missão condenada ao fracasso.

Este conceito foi explorado no meu trabalho de conclusão de curso, apresentado ao departamento de antropologia e arqueologia da universidade federal de Pelotas, no qual o objetivo principal foi analisar o processo de patrimonialização da memória dos Lanceiros Negros assassinados ao fim da revolução farroupilha<sup>1</sup> e o tombamento do Cerro dos Porongos, em Pinheiro Machado-RS, que sediou o massacre. A problemática surgiu nos entraves burocráticos do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (IPHAN), ou seja, a burocracia foi colocada lado a lado com as narrativas da comunidade negra do Rio Grande do Sul, que buscava a construção de um memorial e o registro da memória do massacre de Porongos como bem imaterial junto ao IPHAN. O longo processo, que ainda corre nas instâncias patrimoniais do Estado, permite que muitos questionamentos sejam colocados à prova, como por exemplo: de quem é o patrimônio cultural? Analisar os processos de inventariamento permite refletir sobre inúmeros temas, incluindo o racismo presente nas instituições brasileiras; o que fica bem explícito no caso de Porongos.

Entre 2001 e 2007 três ações patrimoniais tiveram os Lanceiros Negros como tema: um memorial, um Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o processo de tombamento. Essas ações estão inseridas num contexto que permite amplos debates sobre o lugar e a participação das pessoas negras dentro da sociedade brasileira e, especialmente, riograndense. Apesar das várias maneiras de compreender o conceito de patrimônio cultural exploradas neste

---

<sup>1</sup> Entre aspas para que se reflita acerca do que o termo “revolução” quer explorar em sua mais pura essência. Segundo Arendt (1988), a natureza da revolução é um fenômeno político, social e histórico. Uma revolução é um evento radical que envolve a transformação completa das estruturas políticas e sociais de uma sociedade, normalmente associado à luta por direitos, o que não faz sentido quando se sabe que os ideais farroupilhas eram elitistas e coloniais.

trabalho, é fato que ele remete ao sentimento de pertencimento e principalmente à memória. Cristian Salaini e Lucas Graeff (2011), afirmam que “independentemente de serem considerados ou não patrimônio nacional, [Lanceiros Negros] irão servir de apoio ao desenvolvimento e à consolidação de uma identidade negra e gaúcha no Rio Grande do Sul”.

No dia 7 de fevereiro de 2006 o então ministro da cultura Gilberto Gil<sup>2</sup> escreve ao IPHAN solicitando a abertura de um processo com vistas ao tombamento de Porongos, área rural de Pinheiro Machado, local que foi palco do episódio que ficou conhecido na bibliografia como Massacre de Porongos. Na carta ele descreve o cenário de Porongos naquele dia 14 de novembro de 1844, onde a tropa dos farrapos foi atacada pelas forças imperiais resultando, assim, na dizimação do pelotão dos Lanceiros Negros, constituído majoritariamente por pessoas negras escravizadas que lutavam em prol dos farrapos em promessa de liberdade ao fim da revolução. Gilberto Gil conta a história de forma breve e resumida na carta, mas escreve que Porongos é uma ‘paisagem de memórias’, lugar de muitas histórias do passado que estão intimamente associadas ao presente. Assim, por solicitação da superintendência regional do IPHAN, o arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim realizou a vistoria do lugar para instruir os próximos passos do registro.

A segunda parte do parecer traz a análise do sítio com as reflexões sobre os reais valores patrimoniais da região. E, alguns trechos são ainda mais questionáveis, como por exemplo o que segue a seguir:

“A história de Porongos tem limites muito imprecisos entre a realidade e o mito. Se no Brasil não são comuns paisagens banhadas a sangue humano, muito menos o são os sítios de massacre e traição, locais bem mais chocantes do que um campo de batalha.” (DELPIM, 2004)

O Brasil se construiu por vias muito grosseiras envolvendo dominação e assassinato de etnias que fizeram parte da formação desse lugar e estavam aqui antes de se chamar Brasil. Mesmo com a afirmação desses episódios há quem acredite na igualdade entre os povos. A democracia racial vem junto de uma série de ideias e pensamentos que percebem a sociedade como um todo, sem analisar suas particularidades e história. Segundo Antonio Guimarães (2001), “no Brasil moderno, tal ideia deu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais”. O Brasil é uma mistura, de fato, mas ainda assim com hierarquias.

O processo de patrimonialização da memória do Massacre de Porongos se transforma ao longo de sua construção. O que inicialmente era a construção de um memorial se torna o registro como referência cultural e depois como possível tombamento do Cerro sob a chancela de paisagem cultural. O Cerro de Porongos é abordado pelo Estado enquanto um “lugar de memória”, conceito pensado pelo historiador francês Pierre Nora (1984) para descrever eventos históricos mas também locais físicos que atraem atenção pelas narrativas que o cercam de simbologias. São lugares simbólicos onde essa memória coletiva (ou identidade)

<sup>2</sup> GIL, Gilberto. [Correspondência]. Destinatário: IPHAN. Brasília, 7 de fev. 2006. 1 carta. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/rs](http://portal.iphan.gov.br/rs). Acesso em: 17 de mar. 2020.

se expressa e se revela. “Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade.” (NORA, 1984). Dessa forma, o massacre de Porongos não é apenas um evento, mas também um espaço de reflexão sobre a trajetória da população negra que resiste historicamente. Um lugar de memória onde parte da ancestralidade dessa população foi assassinada, ou seja, vale pensar este espaço como reflexão sobre os entrecruzamentos entre a atualidade e o passado, onde o que une é a política de morte que utilizou dos Lanceiros Negros como sacrifício à coroa portuguesa em prol do fim da guerra que os próprios homens brancos, com seus interesses de elite, começaram.

## 2. METODOLOGIA

Para que pudesse compreender melhor a burocracia do IPHAN e as narrativas da comunidade negra que seria representada pelo registro de Porongos como bem cultural, busquei uma metodologia que me permitisse dialogar de forma horizontal, sem a hierarquia proposta pela academia onde há um pesquisador e um pesquisado. A escritora feminista bell hooks escreveu sobre o poder das conversações e da comunicação em seu livro “ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (HOOKS, 2019), o que contribui para as metodologias no fazer antropológico e arqueológico. Para ela, as conversas são uma forma de construir pontes entre as pessoas, permitindo a conexão entre inúmeras experiências e perspectivas, aprendendo a valorização da diversidade e o desenvolvimento da empatia. As conversas honestas permitem compartilhar opiniões e ideias, sendo fundamentais para a construção de relacionamentos saudáveis e na criação de comunidades mais justas e igualitárias. Foram nas conversas que encontrei falas potentes e com particularidades no apego à ancestralidade presente no potente lugar-símbolo chamado de Cerro de Porongos.

Conversei com os documentos, com as atoras e os atores envolvidos ao longo do processo e também conversei com fotografias e documentos que foram meu principal referencial teórico para construção do trabalho de conclusão de curso e também deste artigo. Depois de ter acesso a audiovisuais e materiais educativos cedidos pelas pessoas com as quais tive a oportunidade de interagir, fui ao local conhecido como Porongos para que pudesse sentir o lugar e comparar minhas percepções às percepções do arquiteto que produziu o parecer técnico para o tombamento. Este parecer técnico foi o que motivou a reflexão sobre o racismo estrutural no registro de bens culturais, pois nele encontrei falas eurocentradas e pouco preocupadas com os processos históricos que violentou corpos negros e indígenas neste país.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal resultado foi detectar o silenciamento da comunidade que buscava o registro da memória. As ações feitas no lugar onde teriam sido assassinados os Lanceiros Negros configuraram mobilização política para o processo de tombamento da região, porém, apesar da grande mobilização, os discursos da comunidade não foram significativos para o campo administrativo, político e jurídico do estado e do país, pois aparentemente lhes faltava

legitimidade científica (DE CARVALHO, 2010). Em contrapartida levou em consideração um laudo com falas despreocupadas com a real intenção do movimento negro. Através da pesquisa, obtive informações e dados que trazem à tona o racismo estrutural presente nos órgãos de controle do Estado. O país em que vivemos (quicá o planeta) foi incansavelmente atacado; corpos foram violentados e a luta por reparação não pode parar. Analisar o processo de patrimonialização de Porongos trouxe à tona conceitos que parecem ser evitados dentro da academia. Ancestralidade, racismo e genocídio, por exemplo, são palavras carregadas de poder que não podem ser deixadas de lado em nenhum momento, principalmente naqueles que definirão a vida das pessoas e suas trajetórias.

#### 4. CONCLUSÕES

O patrimônio, por mais que se tente, não consegue contar essas “histórias nossas”, conforme descrito por Cristóbal Gnecco (2018). A sociedade plural não encontra sentido no mito da democracia racial. O povo negro foi historicamente atacado e explorado física, psicológica e emocionalmente. As trajetórias devem ser pensadas a partir da ideia de reparação histórica, não como vingança, mas como necessidade em busca de uma sociedade menos recheada por opressão mascarada de diferença, sem a visão ficcional de inimigo descrita por Achille Mbembe (2006).

Neste trabalho, busquei evidenciar historicamente a construção desse conceito que é controlado pelo Estado e por vezes acaba por ser mais uma das inúmeras ferramentas oficiais de controle. Afinal, quais histórias são oficiais e devem ser consideradas para a elaboração da imagem fictícia do que é ser brasileiro ou brasileira?

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- GNECCO, Cristóbal. El patrimonio en tiempos multiculturales. **El patrimonio cultural en tiempos globales, compilado por José Luis Grosso, Javier Tobar y Alberto Zarate. Popayán: Universidad del Cauca**, 2018.
- hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. **São Paulo: WMF Martins Fontes**, 2013.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. 2016.
- SALAINI, Cristian Jobi; GRAEFF, Lucas. A respeito da materialidade do patrimônio imaterial: o caso do INRC Porongos. **Horizontes antropológicos**, v. 17, p. 171-195, 2011.
- DE CARVALHO, Ana Paula Comin. O que um inventário de referências culturais poderá dizer? Os desafios da atuação dos antropólogos nos processos de mapeamento, identificação e registro do patrimônio cultural das populações afro-brasileira. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 31-46, 2010.